



Aprovado por unanimidade na reunião de 10 de dezembro, registando-se a ausência da IL, do PCP e do CDS-PP.

015

Com a inclusão do requerimento oral, para audição do Tribunal de Contas

Registo ICOM6XVII/2025/38
de 4/12/2025

Exmo. Sr. Presidente, da

**Comissão de Economia e Coesão
Territorial**

Deputado Pedro Coimbra

Assunto: Audição das entidades responsáveis pela coordenação, acompanhamento, auditoria e execução dos fundos europeus – PRR e Portugal 2030

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem acompanhado com grande preocupação a evolução da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e do Portugal 2030, atendendo ao papel absolutamente determinante que estes instrumentos desempenham na modernização económica, na coesão territorial e social, no reforço da competitividade e na melhoria dos serviços públicos.

Após um ciclo de elevada execução de fundos europeus, a informação hoje disponível, incluindo análises e alertas de entidades independentes e fiscalizadoras, aponta para atrasos relevantes na decisão de candidaturas, aumento do número de investimentos em situação crítica e fragilidades na capacidade de gestão e coordenação do atual Governo. Várias dessas entidades como o Conselho das Finanças Públicas, o Tribunal de Contas e estruturas de acompanhamento do próprio PRR, têm alertado para riscos de incumprimento de prazos e marcos, sublinhando a necessidade urgente de reforçar o rigor e a capacidade operacional.

Simultaneamente, o Governo procedeu a duas reprogramações significativas do PRR num curto espaço de tempo, com alterações de grande alcance na sua composição. Essas reprogramações retiraram investimentos em áreas essenciais como a saúde, a habitação, as respostas sociais e as infraestruturas, sem que tenha sido assegurado diálogo estruturado com instituições relevantes, parceiros



sociais, autarquias, setor social ou com o Parlamento, nem garantidas soluções alternativas de financiamento para projetos essenciais para o País.

Foi igualmente divulgado que uma parte expressiva das verbas foi deslocada para instrumentos financeiros geridos pelo Banco Português de Fomento, instituição que tem vindo a ser fortemente capitalizada no âmbito do PRR e cuja mobilização de empréstimos pode, segundo esclarecimentos técnicos recentes, vir a ter impacto nas contas públicas caso essas operações financeiras acabem por financiar despesa efetiva. Esta concentração de recursos no BPF, associada a regras distintas das que vigoram nos sistemas de incentivos tradicionais, levanta dúvidas quanto à seletividade, ao rigor da apreciação das candidaturas, ao acompanhamento no terreno e à transparência do impacto orçamental.

A par disso, persistem atrasos significativos em concursos encerrados há mais de um ano sem decisão, bem como projetos concluídos que continuam por abrir, apesar do investimento já realizado e da sua utilidade pública evidente.

Também no Portugal 2030 se verificam atrasos muito significativos: concursos lançados pelo atual Governo permanecem sem decisão dentro dos prazos anunciados, alimentando incerteza e comprometendo a confiança de empresas, instituições e autarquias, com impacto na execução global do quadro financeiro.

Perante este cenário, impõe-se o reforço do escrutínio parlamentar. Para tal, é essencial ouvir em sede de comissão as entidades que têm responsabilidade direta na coordenação, acompanhamento, auditoria, controlo e operacionalização dos fundos europeus, bem como as que representam os principais promotores e beneficiários.

Assim e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vem requerer a audição da Estrutura de Missão Recuperar Portugal, a Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR, a Comissão de Auditoria e Controlo do PRR, o Banco Português de Fomento (com convite à 5ª



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública) e a Agência para o Desenvolvimento e Coesão.

Palácio de São Bento, 4 de dezembro de 2025

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

Nuno Fazenda

Hugo Costa